



CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 1^a REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA N° 1154, DE 2023 DA 1^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57^a LEGISLATURA, REALIZADA NOS DIAS 11, 12 E 13 DE ABRIL DE 2023, NO SENADO FEDERAL.

Às quinze horas e dezessete minutos do dia 11 de abril de 2023, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Parlamentares Davi Alcolumbre e Otto Alencar, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 1154, de 2023 com a presença dos Parlamentares Eduardo Braga, Renan Calheiros, Marcos do Val, Cid Gomes, Fernando Farias, Rodrigo Cunha, Carlos Viana, Plínio Valério, Daniella Ribeiro, Jorge Kajuru, Vanderlan Cardoso, Humberto Costa, Eduardo Girão, Esperidião Amin, Dr. Hiran, Isnaldo Bulhões Jr., Hugo Motta, Merlong Solano, Alencar Santana, Pedro Uczai, Danilo Forte, André Fufuca, Julio Lopes, Adolfo Viana, Josenildo, Guilherme Boulos, Túlio Gadêlha, Afonso Motta e Tarécio Motta, e ainda dos Parlamentares Teresa Leitão, Giordano, Yury do Paredão, Dr. Frederico, Patrus Ananias, Dr. Francisco, Soraya Thronicke, Dorinaldo Malafaia, Efraim Filho, Izalci Lucas, Juliana Cardoso, Weliton Prado, Professora Dorinha Seabra, Alice Portugal, Flávio Bolsonaro, Antonio Brito, Beto Faro, Nelsinho Trad, Reimont, Zenaide Maia, Delegada Katarina, Odair Cunha, Aureo Ribeiro, Marcelo Castro, Fabiano Contarato, Alessandro Vieira, Paulo Paim e Fernando Mineiro, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Augusta Brito, Eduardo Gomes, Wilder Moraes, Hamilton Mourão, Zé Trovão, Caroline de Toni, Elmar Nascimento e Alfredo Gaspar. Havendo número regimental, a reunião é aberta. É instalada a Comissão e eleito Presidente o Senador Davi Alcolumbre. Às quinze horas e cinquenta e cinco minutos a reunião é suspensa e a reabertura é agendada para o dia 12 de abril de 2023. Designado relator o Deputado Isnaldo Bulhões Jr. Às quinze horas e cinquenta e cinco minutos do dia 12 de abril de 2023, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Parlamentares Davi Alcolumbre e Marco Bertaiolli, a reunião é reaberta. É eleito o Deputado Marco Bertaiolli como Vice-Presidente. É apresentado e lido o Plano de Trabalho. Às dezesseis horas e quarenta e dois minutos, a reunião é suspensa e a reabertura é agendada para o dia 13 de abril de 2023. Às dez horas e quarenta e oito minutos do dia 13 de abril de 2023, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Parlamentar Marco Bertaiolli, a reunião é reaberta. Aprovado o Plano de Trabalho. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e nove minutos. Aprovada a Ata, que será assinada pelo Senhor Vice-Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Deputado Marco Bertaiolli

Vice-Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória nº 1154, de 2023

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo nos links abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/04/11>



CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/04/12>

<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/04/13>

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória 1.154, de 2023.

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, a Presidência desta Comissão ficará sob a responsabilidade do Senado Federal e a Relatoria com o Deputado Federal indicado pela Câmara dos Deputados, que compõe esta Comissão, como foi acordado.

Quero, inclusive, fazer o registro de que esta reunião da Comissão Mista para apreciar essa matéria estava prevista para terça-feira da semana passada. Foi adiada em comum acordo, segundo informações, com os Líderes da Câmara dos Deputados. Portanto, houve uma tolerância de oito dias para abrir e instalar esta Comissão Mista para apreciar a Medida Provisória 1.154.

Quero, inclusive, fazer o registro de que esta reunião da Comissão Mista para apreciar essa matéria estava prevista para terça-feira da semana passada. Foi adiada em comum acordo, segundo informações, com os Líderes da Câmara dos Deputados. Portanto, houve uma tolerância de oito dias para abrir e instalar esta Comissão Mista para apreciar a Medida Provisória 1.154.

Pede a mim, pela ordem, e eu acato, o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, nós estamos no limite... Bom, primeiramente, boa tarde a todos os colegas Senadores, Senadoras, Deputados e Deputadas. Nós estamos no limite para conseguir o quórum para instalar as três Comissões Mistas. Nós precisamos do quórum para instalação, ou seja, as três medidas provisórias podem já ser dadas por instaladas. As três Comissões Mistas das três medidas provisórias podem ser dadas por instaladas, porque nós temos seis Sras. e Srs. Deputados para a Medida Provisória 1.154, da organização administrativa do Governo; temos quórum já para a Medida Provisória 1.162, que é a medida provisória do Programa Minha Casa, Minha Vida. Já alcançamos quórum inclusive para a eleição do Presidente. Nós estamos com cinco Sras. e Srs.



CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Deputados para alcançar o quórum da Medida Provisória 1.164, que é a medida provisória do Programa Bolsa Família.

Portanto, Sr. Presidente, nós já temos quórum para instalar e deliberar uma medida provisória. Então, logo em seguida, eu peço para o Senador Marcelo Castro ficar por aqui para fazer a instalação dessa Comissão Mista em seguida, a 1.162, e estamos precisando apenas de mais um colega Deputado ou Deputada para fazer a instalação da Comissão Mista da Medida Provisória 1.154, da organização administrativa do Governo.

Então, eu sugeriria, Sr. Presidente, que nós – como o senhor está conduzindo a instalação da primeira medida provisória – aguardássemos mais um pouco, para mais um colega Deputado chegar – e está em curso –, um colega Deputado ou uma colega Deputada chegar para concluir o quórum a 1.154, e aí faríamos a eleição da Presidência da Medida Provisória 1.154.

Enquanto isso, já instalada esta primeira Comissão Mista, os colegas Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras poderiam ir se pronunciando até o quórum ser alcançado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Srs. Deputados, a proposta do Senador Randolfe Rodrigues é de que possamos votar, deliberar e eleger o Presidente da Medida Provisória 1.162.

Pergunto aos Srs. Deputados e Senadores se concordam com a proposta do Senador Randolfe Rodrigues? (*Pausa.*)

Não há nenhum Senador ou Deputado que conteste a proposta.

Está encaminhado aqui o nome do nobre Senador Marcelo Castro, por acordo, para presidir...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Pela ordem.) – Presidente, de novo, se me permite, pela ordem.

É porque eu fui informado agora de que para a Medida Provisória 1.162, que é do Programa Minha Casa, Minha Vida, já temos oito colegas Deputados e Deputadas presentes. Portanto, da Medida Provisória 1.162 nós já temos quórum para fazer a instalação, a eleição do Presidente e a designação do Relator.

Diante disso, Presidente, minha sugestão é que a V. Exa. suspenda provisoriamente a 1.154; nós chamamos o jovem há mais tempo da 1.162, que seria o Senador Marcelo Castro, para fazer a instalação da...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – O Senador Marcelo Castro está presente?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – ... da 1.162.



CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Ele não está presente?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Não há...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Ele já está a caminho.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Mas não há nenhum prejuízo para que eu possa conduzir, não. Não vejo... *(Pausa.)*

O Senador que eu indiquei para essa Comissão é o Senador Angelo Coronel, que não está presente. Sou Líder do PSD e me autoindico para compor a Comissão...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Então, está resolvido. Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – ... 1.162...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Como?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – ... em se tratando o Brasil, em se tratando de fazer as reformas de que o Presidente precisa. Portanto...

O SR. EFRAIM FILHO (UNIÃO - PB) – Presidente, quero solicitar só que a Secretaria alterne o painel para a 1.162.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Já me autoindiquei no lugar do Senador Angelo Coronel e passo a compor a 1.162 e também a presidir já a instalação dessa Comissão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Então, faça os procedimentos da 1.162.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – E tenho aqui por acordo, para presidir essa Comissão Mista, o nome do Senador Eduardo Braga. E eu faço a indicação com muita alegria, porque é um Senador competente, sei que vai presidir com toda a transparência e dedicação essa Comissão Mista para avaliar o Minha Casa, Minha Vida, que é um programa superimportante que o Presidente Lula volta a trazer para o Brasil. Eu tenho certeza absoluta de que vai atender a grande maioria das pessoas que não têm moradia.

Suspensa, então, a Comissão da 1.154.

(Iniciada às 15 horas e 17 minutos, a reunião é suspensa às 15 horas e 24 minutos.)



CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Declaro reaberta a reunião da Comissão Mista para apreciação da Medida Provisória 1.154, medida provisória que, editada pelo Governo, traz a lei de reordenamento administrativo do Governo Federal, com a criação de ministérios e outras entidades públicas para o segmento do Governo.

Pedi-me a palavra o Senador Eduardo Braga. Senador Eduardo Braga, com a palavra. Depois de presidir já aqui a Comissão Mista do Minha Casa, Minha Vida, eu concedo a palavra ao Senador Eduardo Braga, Líder do MDB.

O SR. EDUARDO BRAGA (MDB - AM. Pela ordem.) – Meu querido Presidente Otto Alencar, na realidade, eu pedi a palavra, porque, efetivamente, nos últimos meses, o país tem assistido a esse debate sobre uma matéria constitucional extremamente relevante que culmina, no dia de hoje, com a instalação, finalmente, da primeira Comissão Mista de medida provisória da Legislatura de 2023, que quebra um ciclo de exceção que nós vivíamos nos últimos anos, em função da emergência sanitária que o Brasil vivia.

Essa emergência sanitária acabou em função, graças a Deus...

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO BRAGA (MDB - AM) – ... de termos vencido, através da vacinação e através de um grande esforço nacional, a covid-19, que, lamentavelmente, ceifou a vida de mais de 700 mil brasileiros. Mas nós vivemos hoje uma outra realidade, e esta realidade nos permite estarmos presencialmente no Congresso Nacional. O Congresso, hoje, se reúne e instala, ainda há pouco, sob a Presidência de V. Exa., a primeira Comissão Mista de medida provisória desde o início da pandemia. Isso faz com que a normalidade constitucional se restabeleça no Congresso Nacional. E isso é motivo, obviamente, de alegria e de satisfação porque a norma constitucional se restabelece. E a norma constitucional não é uma norma de conveniência, Sr. Presidente. Ela não pode ser exercida só quando é conveniente a um ou a outro. Ela é uma norma constitucional de garantias individuais e coletivas, de direitos fundamentais, que precisam ser respeitados por todos, principalmente por quem jurou cumprir a Constituição no exercício dos nossos mandatos, sejam Senadores, sejam Deputados Federais. Todos nós juramos cumprir a Constituição.

E ainda há pouco V. Exa. cumpriu o direito constitucional e o dever constitucional de instalar a Comissão Mista do Congresso Nacional para a discussão, a aprovação e o debate do relatório da Medida Provisória 1.162, que vai tratar de um dos mais importantes projetos do novo Governo – o Minha Casa, Minha Vida –, que vai buscar resgatar um déficit habitacional do Brasil gigantesco e, ao mesmo tempo, estabelecer uma política de geração de emprego e renda na indústria da construção civil, que nos últimos anos vem sofrendo drasticamente perda de investimentos, quando se abandonou um programa que era exemplo de sucesso no Brasil.

E aí, não por acaso, nós temos visto, lamentavelmente, perdas de vidas em áreas de risco. Os brasileiros repetidamente têm assistido a desastres naturais acontecerem em áreas em que nós



CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

poderíamos ter avançado, seja por substituições de habitação, seja por planejamento urbano, seja por políticas públicas que poderiam trazer segurança habitacional para o povo brasileiro.

Portanto, Sr. Presidente, eu quero aqui cumprimentar o Congresso Nacional, quero cumprimentar tanto o Senado como a Câmara dos Deputados por esse passo importantíssimo dado no dia de hoje. E eu espero, Sr. Presidente, que esta não seja a primeira, nem a única instalação que nós possamos fazer.

Há poucos Deputados para poder alcançar o quórum necessário para a instalação das outras Comissões previstas no dia de hoje, mas eu espero sinceramente que nós possamos instalar sucessivamente as outras medidas provisórias, para trazer a normalidade do funcionamento do Congresso Nacional, que é o que espera o povo brasileiro, é o que espera o Brasil, para termos resposta à geração de emprego, renda, crescimento econômico, resposta inclusive ao enfrentamento daquilo que tem pressa, que é a fome neste país.

E uma das medidas provisórias que nós vamos instalar no dia de hoje é o novo Programa Bolsa Família, que é fundamental no enfrentamento da fome neste país.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Senador Eduardo Braga, quando V. Exa. fala, todo mundo ouve. O silêncio foi grande para ouvi-lo. Parecia que estávamos ouvindo aqui Cícero no Senado romano. Aliás, dizia-se que, quando Cícero falava, as pessoas de Roma diziam: "Sigamos com ele". Eu vou seguir com V. Exa., com o seu raciocínio correto...

O SR. EDUARDO BRAGA (MDB - AM. *Fora do microfone.*) – V. Exa. continua inspirado! (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Até porque o Senado Federal e a Câmara dos Deputados, no ano passado, deram uma grande demonstração de compromisso com a sociedade, de compromisso patriótico, quando, a três meses das eleições de 2022, nós todos votamos aqui à época o Auxílio Brasil. Eu, que fazia oposição responsável, como sempre fiz, ao Governo anterior... Votamos, sabendo até que íamos em prejuízo político ao nosso candidato e hoje Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Nós votamos com o compromisso com o Brasil, com o povo brasileiro.

Quando V. Exa. se refere à Medida Provisória 1.164, que será o novo Bolsa Família, não há como, absolutamente, não se estar presente para votar uma matéria tão importante e que vai ao encontro dos interesses das pessoas que estão hoje no Mapa da Fome e que têm grandes dificuldades com a alimentação. Portanto, eu espero que a pacificação possa acontecer, que os Deputados e Senadores, todos aqueles que compõem o Congresso Nacional possam comparecer para votar essa matéria.

V. Exa. fala corretamente: nós estamos respaldados pela Constituição Federal – se não me engano, pelo art. 69º, da Constituição –, que prevê a instalação de Comissão Mista com paridade. Além da Constituição, as Resoluções nº 1, de 1989 e de 2002, do Regimento Comum das duas Casas preveem também a instalação da Comissão Mista com paridade, com a metade de Senadores e com a metade de



CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Deputados Federais. Quantas vezes o Congresso Nacional assim procedeu! Então, nós somos respaldados pela lei, pela legislação que rege o comportamento dos Senadores e dos Deputados Federais. Portanto, eu concordo plenamente com V. Exa. e espero que possamos ainda hoje fazer a instalação das duas Comissões Mistas para apreciarmos a Medida Provisória 1.154, que é a lei de reordenamento administrativo do Governo Federal, e também a Medida Provisória 1.164, que é medida provisória do Bolsa Família.

Pede a palavra pela ordem, e eu concedo, o Deputado Pedro Uczai.

V. Exa. tem a palavra, Deputado.

O SR. PEDRO UCZAI (PT - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente dos trabalhos de instalação das medidas provisórias, Senador Otto Alencar, cumprimento os Senadores, as Senadoras, os Deputados e as Deputadas.

Na esteira da fala do Senador Eduardo Braga, nós estamos buscando reconstruir este país, e as medidas provisórias são as bases que fundamentam as diferentes políticas públicas deste início de Governo, cuja democracia elegeu como Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva.

Em segundo lugar, além desta medida provisória do Minha Casa, Minha Vida... E quem já teve a experiência de pagar uma dezena de anos de aluguel e depois foi para sua casa... Eu vivi essa experiência em piso bruto, colocando o meu menino de um ano naquela casa, eu senti o que significava o direito de conquistar uma moradia e morar no que é seu. E não tenho dúvida de que a outra medida provisória, que trata da reestruturação dos ministérios, não é criar cargo, porque não foi criado nenhum cargo. A reestruturação dos ministérios está dando novamente visibilidade ao que se invisibilizou ao longo dos últimos anos, como o Ministério das Mulheres, como o Ministério da Igualdade Racial, como o Ministério dos Povos Indígenas, como o Ministério dos Direitos Humanos, como agora o Ministério da Pesca, uma atividade produtiva, econômica, fundamental para o nosso Brasil, porque é mais uma proteína para se produzir alimento para o Brasil e para o mundo. Eu tive o privilégio de coordenar no grupo de transição a constituição de um novo ministério como o MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura Familiar). Esses milhões de brasileiros que vivem no campo querem ter o direito a uma política específica para a agricultura familiar, como o Pronaf, a assistência técnica, o crédito subsidiado e uma política de abastecimento no Brasil para esses milhões de brasileiros que passam fome, e quem objetivamente pode produzir alimento para o povo brasileiro é a agricultura familiar e camponesa neste país.

Sr. Senador Otto Alencar, eu partilho, depois de muitos anos aqui, fazer parte novamente desta cena belíssima da democracia, belíssima de uma Comissão Mista, do Senado e da Câmara dos Deputados, para instalar estas medidas provisórias.

Obrigado, Sr. Presidente.



CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu agradeço ao Deputado Pedro.

Já temos quórum para deliberação da Medida Provisória 1.154, de 2023.

Por acordo, está sendo indicado o nome do Senador Davi Alcolumbre, ex-Presidente do Senado e do Congresso Nacional, para presidir a Comissão sobre a MP 1.154, da lei de reordenamento administrativo.

Eu coloco em votação o nome do Senador Davi Alcolumbre.

Os Srs. Senadores e Senadoras e os Deputados Federais e Deputadas que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está eleito para presidir a Comissão Mista o Senador Davi Alcolumbre, a quem convido para presidir a sessão. (*Palmas.*)

Senador David Alcolumbre, V. Exa. tem 30 segundos para presidir, para tomar posse aqui. Por favor, compareça. Agora, agora, 30 segundos. (*Risos.*) (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. UNIÃO - AP. Fala da Presidência.) – Senadores, Senadoras, Presidente Otto Alencar, Líder, eu queria agradecer, Senador Fabiano Contarato, Senador Renan Calheiros, Senador Marcelo, Senador Eduardo, nas pessoas dos Deputados Josenildo e Lindbergh, a confiança dos Deputados, das Deputadas e dos Senadores, Senador Beto.

Eu queria agradecer ao Senador Efraim, Líder do nosso partido, a confiança da indicação para que eu pudesse estar aqui hoje eleito por aclamação para presidir uma Comissão, que, sem dúvida nenhuma, é uma das mais importantes desta nova gestão do Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do Vice-Presidente Geraldo Alckmin, que é a da Medida Provisória 1.154, de reestruturação da máquina pública do Estado brasileiro, com a criação de ministérios que, sem dúvida nenhuma, serão muito importantes para esse novo modelo que será implementado no Governo do Presidente Lula.

Eu queria agradecer ao Deputado Danilo, Deputado Federal pelo nosso partido, o União Brasil, porque foi a presença do Deputado Danilo que proporcionou o quórum na Comissão para que a gente pudesse fazer a eleição. Peço uma salva de palmas para o Deputado Danilo, Deputado do Estado do Ceará. (*Palmas.*)

Eu queria agradecer a coordenação do Líder Senador Randolfe Rodrigues, Líder do Governo no Congresso, que fez toda a articulação para que a gente pudesse, nesta semana, fazer a instalação dessas três Comissões de medidas provisórias importantes.



CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Eu queria resgatar a fala do Líder Otto Alencar e a fala do Senador Eduardo Braga, Líder da bancada e também Presidente de uma das Comissões Mistas, e exaltar o papel e a importância deste Colegiado para a relação institucional entre a Casa da Federação e a Câmara dos Deputados.

Eu quero fazer esse registro e reconhecer também na pessoa do Presidente Arthur Lira o papel importante na construção do entendimento para que a gente pudesse chegar ao dia de hoje, Presidente Renan, construindo, implementando e implantando o retorno das Comissões Mistas Permanentes de medidas provisórias, baseado na Constituição brasileira. É preciso entender que, diante da divergência, diante do desentendimento, foi buscado, acima de tudo, Senador Fabiano, um consenso entre as duas Casas, que é o de seguir o mandamento constitucional. Então, eu quero exaltar aqui os Líderes da Câmara dos Deputados, sob a liderança do Presidente Arthur Lira, e os Líderes do Senado Federal, sob a liderança do Presidente Rodrigo Pacheco, que está em viagem para a China, acompanhando a delegação, a comitiva do Presidente Lula. Eu quero exaltar, agradecendo-lhes, o Presidente Rodrigo e o Presidente Arthur pela oportunidade de estarmos hoje deliberando e retomando o papel, como disse, relevantíssimo das Comissões Mistas de medidas provisórias.

Agradeço ao Senador Otto, nosso Líder.

E quero informar ao Plenário que, Presidente Renan e Líder Presidente Marcelo, a Câmara dos Deputados ainda está aguardando a busca do entendimento com a Liderança do Governo para indicar o Relator da matéria. Então, esta Presidência vai tomar uma providência e informar ao Plenário. Nós vamos convocar para amanhã... Eu vou suspender esta reunião para nós mantermos o mesmo quórum para a reunião de amanhã, enquanto, na Câmara, os Líderes e os blocos partidários chegam a um entendimento para que a gente possa fazer a eleição do Relator da matéria. Eu vou suspender, portanto, a Comissão da Medida Provisória 1.154, informar à Secretaria que nós vamos manter o quórum para a reunião de amanhã e convidar os Senadores, os Deputados, as Deputadas e as Senadoras para amanhã, às 14h30, aqui, para que nesse período a Câmara possa chegar a um entendimento, junto com a Liderança do Governo, na indicação do Relator desta importante medida provisória.

Eu declaro suspensa esta reunião e marco a reabertura desta mesma reunião para amanhã, dia 12 de abril, às 14h30, nesta mesma sala do Senado Federal.

Está suspensa a reunião, retornando a Presidência ao Senador Otto Alencar... Perdão, convido o Senador mais experiente ou o jovem há mais tempo, convido o Senador Marcelo Castro para fazer a instalação da Comissão Mista da Medida Provisória 1.164.

(Iniciada às 15 horas e 17 minutos, a reunião é suspensa às 15 horas e 24 minutos, reaberta às 15 horas e 25 minutos, a reunião é suspensa às 15 horas e 55 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. UNIÃO - AP. Fala da Presidência.) – Boa tarde!



CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Declaro reaberta a 1ª Reunião da Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1.154, de 2023.

Conforme foi anunciado ontem, foi indicado como Vice-Presidente S. Exa. o Deputado Marco Aurelio Bertaiolli.

Gostaria, do ponto de vista regimental, consultar o Plenário se podemos fazer a eleição do Vice-Presidente por aclamação.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Declaro eleito Vice-Presidente o Deputado Federal Marco Aurelio Bertaiolli.

Eu gostaria de passar os trabalhos da Comissão para o Vice-Presidente, Deputado Marco Bertaiolli. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Passo a palavra ao Relator, para que faça a leitura do plano de trabalho desta Comissão.

O SR. ISNALDO BULHÕES JR. (MDB - AL. Como Relator.) – Boa tarde a todas e a todos!

Cumprimento os integrantes desta Comissão Mista e cumprimento o Presidente Bertaiolli.

Dando prosseguimento aos trabalhos desta Comissão, passarei a ler o plano de trabalho para a apreciação dos senhores membros.

O presente plano de trabalho visa a organizar o funcionamento da Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 1.154, de 2023, que dispõe "sobre a instituição de um novo modelo para a organização das estruturas do Poder Executivo Federal, estabelecendo as atribuições e competências dos diversos órgãos do Poder Executivo".

A medida provisória submetida à análise deste Colegiado objetiva reorganizar a estrutura administrativa do Poder Executivo federal, considerando-se o novo Governo consagrado nas urnas em 30 de outubro de 2022, visando a implementar uma gestão pública eficiente e inovadora, de modo a refletir uma concepção de organização do aparelho do Estado que priorize as políticas sociais e de desenvolvimento econômico previstas no programa do Governo apresentado pelo povo brasileiro.

Nesse sentido, a medida reestrutura o Poder Executivo federal em 31 ministérios e 6 órgãos com *status* de ministério, remetendo a decretos de estrutura regimental a atribuição de estabelecer a denominação e as competências de suas unidades administrativas. Previu-se ainda que a vinculação das entidades aos órgãos da administração pública federal deve ser feita por ato do Presidente da República.



CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Como detalhamento, consigne-se que foram criados 24 novos órgãos, sendo 19 por desmembramento de pastas; dois transformados (Secretaria de Governo da Presidência da República na Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República; e o Ministério do Meio Ambiente em Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima); e três novos órgãos (Secretaria de Comunicação Social, no âmbito da Presidência da Repúblíca; o Ministério da Igualdade Racial; e o Ministério dos Povos Indígenas).

Outrossim, o Ministério da Economia foi desmembrado em quatro novas pastas, a saber: Fazenda; Planejamento e Orçamento; Gestão e Inovação em Serviços Públicos; e Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

A medida provisória estabelece também que cada ministério deve ter, no mínimo, como estrutura administrativa: gabinete do ministro; secretaria executiva, exceto no Ministério da Defesa e no Ministério das Relações Exteriores; consultoria jurídica, exceto no Ministério da Fazenda, no qual a função será exercida pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional; ouvidoria e secretarias, cujo quantitativo máximo será estabelecido em ato do Poder Executivo Federal.

No concernente às mudanças de denominação de órgãos, a medida alterou a Fundação Nacional do Índio para Fundação Nacional dos Povos Indígenas; o Departamento Penitenciário Nacional para Secretaria Nacional de Políticas Penais; a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) para Agência Nacional de Águas, cuja vinculação passa do MDR para o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

Saliente-se que as competências relativas a saneamento básico foram transferidas do MDR para o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

Ademais, a medida previu que o Presidente do Conselho Nacional de Recursos Hídricos passa a ser o ministro do Meio Ambiente e Mudança do Clima, e não mais o ministro do Desenvolvimento Regional.

Previu-se, ainda, alterações nos cargos comissionados de nível 18, que terão sua alocação, denominação e eventual transformação em cargos em função de nível inferior definida por ato do Poder Executivo federal, cujo prazo limite para extinção de cargos em comissão, funções comissionadas e gratificações não transformadas em CCE ou funções comissionadas executivas FCE é de até 31 de março de 2024.

No tocante à requisição de servidores para determinados órgãos, a MP, ao vincular o ato ao dispositivo do art. 2º da Lei 9.007, de 1995, torna-o impassível de recusa. Ademais, o Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos poderá estabelecer critérios, limites e parâmetros nas requisições para alguns órgãos.



CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

A cessão de servidores da administração pública federal direta e indireta para exercício de cargos em comissão em serviços sociais autônomos supervisionados pelo Poder Executivo federal, por sua vez, será realizada por meio de contrato de gestão.

Outrossim, dentre as principais novas atribuições das pastas ministeriais, cabe pontuar as seguintes:

Ministério da Fazenda: retornam as atribuições do Conselho de Controle de Atividades financeiras.

Casa Civil: Programa de Parcerias de Investimentos, antes era uma secretaria do Ministério da Economia.

Ministério da Cultura: cuidar das políticas nacionais de cultura e das artes; zelar pelo patrimônio histórico, artístico e cultural; regular os direitos autorais; entre outras finalidades.

Ministério dos Povos Indígenas: reconhecimento, demarcação, defesa, usufruto exclusivo e gestão das terras e dos territórios indígenas; tratar da política indigenista, cujas atribuições estavam distribuídas entre as pastas da Agricultura e da Justiça.

Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar: identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, titulação de terras de comunidades quilombolas, cujas atribuições eram do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Ministério da Igualdade Racial: políticas de ações afirmativas e combate e superação do racismo; políticas para quilombolas, povos e comunidades tradicionais.

As competências dos órgãos extintos ou transformados pela MP 1.154, de 2023, assim como para os seus agentes públicos, ficam transferidas para os órgãos e os agentes públicos que recebem as atribuições. A medida promove também a transferência e a incorporação dos direitos, créditos e obrigações decorrentes de lei, atos administrativos ou contratos, e o acervo documental e patrimonial dos órgãos e entidades extintos ou transformados aos órgãos que absorvem as competências.

Destarte, os agentes públicos em atividade nos órgãos extintos, transformados e incorporados ou desmembrados pela medida serão transferidos aos órgãos que absorvem as suas competências.

Assim, o objeto da medida provisória conduz à discussão da pertinência da nova estrutura administrativa proposta. Para viabilizar o importante debate, este plano de trabalho propõe, na sequência adiante discriminada, duas audiências públicas, devido logicamente ao prazo curto que teremos, diante da instalação desta Comissão Mista após a vigência improrrogável da medida provisória.

Reuniões de trabalho.



CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

As reuniões de audiência pública da Comissão Mista ocorrerão preferencialmente às terças-feiras à tarde e às quintas pela manhã.

As etapas sugeridas.

O debate e a apreciação da medida provisória deverão ser precedidos e instruídos por audiências públicas.

Sugerimos a realização de reuniões para audiência de representantes dos diversos ministérios envolvidos, mormente daqueles que receberam novas atribuições em suas pastas ministeriais.

Na sequência, propomos que seja prevista uma audiência com eventuais representantes da sociedade civil. Após as audiências, e apresentado o parecer, passa-se à discussão e votação do relatório.

Apresenta-se o seguinte cronograma para os trabalhos da Comissão Mista: no dia 11/4/2023, hoje, esta apresentação; no dia 13/4, às 10h30, audiência pública com representantes da Casa Civil da Presidência da República e representantes do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos; no dia 18/4, audiência pública; no dia 25/4/2023, às 14h30, apresentação e consequente votação do parecer.

É essa, Presidente, a sugestão deste Relator, já antecipando que, logo após o encerramento da apreciação desse plano de trabalho, ouvidas as sugestões dos demais membros, apreciação e votação, apresentarei a V. Exa. já, digamos assim, uma análise das mais de 150 emendas apresentadas dentro de um resumo, Deputado Acácio. De repente, poderemos diminuí-las, de forma significativa, por dois aspectos: primeiro, por abordar o mesmo objetivo; segundo, para análise desta Presidência, se por acaso houver matéria estranha do que, Deputado Alencar, aborda essa medida provisória. Então, é esse o plano de trabalho apresentado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Obrigado ao nosso Relator Isnaldo. Quero parabenizá-lo pela velocidade da apresentação desse plano de trabalho, haja vista que a Comissão foi instalada ontem, que a designação foi feita ontem, e que hoje nós já estamos aqui em sessão para a discussão do plano de trabalho.

Passamos à discussão do plano de trabalho.

Com a palavra o Deputado Danilo Forte, para discussão.

O SR. DANILO FORTE (UNIÃO - CE. Para discutir.) – Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores.

Primeiro quero fazer uma constatação fática: parece que o nosso Presidente Arthur Lira tinha razão, brigou-se tanto para fazer a Comissão Mista e a Comissão Mista está parecendo um sanduíche misto de



CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

escola pública, só tem um lado. Só veio a Câmara. Os Senadores estão ausentes, o que é lamentável neste momento, já que se queria tanto a participação do Senado nesse debate.

Segundo, quero esclarecer alguns pontos que eu acho que são importantes nessa matéria. Eu fiz uma emenda, ainda no dia 4 ou 5 de janeiro, se não me engano, com relação à reforma de Estado e acho que hoje é muito importante, na reforma do Governo brasileiro, o papel das agências reguladoras. Nós temos vivido isso, principalmente, lá na Câmara. É um debate muito efervescente sobre a eficiência dos serviços concessionados, no Brasil, nos quais as onze agências reguladoras têm um papel importante. Em todas elas nós notamos e percebemos um distanciamento muito grande da presença do consumidor brasileiro.

A família brasileira, muitas vezes, sofre as consequências das decisões tomadas pelas agências, mas ela não participa, no dia a dia, das deliberações, do acompanhamento e, muito menos, da fiscalização dos trabalhos dessas agências.

Essas agências foram inspiradas no modelo americano, cujas agências também viveram essa crise, também passaram por uma reestruturação. Inclusive, nos Estados Unidos, o órgão fiscalizador das agências passou a ser as comissões permanentes do próprio Congresso Nacional. No nosso caso, nós temos a Comissão de Minas e Energia. Ela é responsável pelas agências correlatas às Minas e Energia no Congresso americano.

Então, esse papel de fiscalização é dado àqueles que são, inclusive, eleitos pelo povo e que têm a obrigação, inclusive, de fiscalizar, o que é o papel do Poder Legislativo com relação às ações do Poder Executivo.

Em outros países, a evolução foi para a criação de órgãos de fiscalização, inclusive com a participação da sociedade. E o que a nossa emenda faz, nada mais é, nada menos é... Inclusive teve até alguns órgãos de imprensa que disseram que era um jabuti... Não é um jabuti porque todas as referências que o nosso brilhante Relator fez no seu plano de trabalho fazem menção à reestruturação e à reorganização do Poder Executivo. Inclusive, trata da própria mudança com relação à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico.

Então, não existe nenhuma interlocução estranha ao tema da Medida Provisória nº 1.154, já que no plano de trabalho, o próprio Relator aqui atribui a uma das ações do seu plano de trabalho o exame dessa matéria concernente a uma agência reguladora.

E, por outro lado, também, a confiança que nós temos... E fico feliz com a indicação do Deputado Isnaldo Bulhões, que é um democrata e que é muito participativo por onde tem passado. O seu trabalho... Durante toda a convivência que nós tivemos na Câmara dos Deputados e como Líder do MDB também, ele tem feito o trabalho de escuta, e escutar é muito importante para liderar uma bancada com a importância que a Bancada do PMDB tem, para que a gente possa, também, avançar nesse debate, na



CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

medida em que, hoje, a grande maioria dos serviços concessionários precificados passam, exatamente, pela tutela das agências reguladoras.

Então, eu queria que fosse feita uma análise, para que a gente possa, inclusive, evoluir no debate com relação à Emenda nº 54, de minha autoria. Eu acho que é uma proposição que já está fazendo um debate muito efervescente em todos os setores da economia. A gente tem visto, nos diversos segmentos, esse debate sobre a emenda.

Eu acho que é hora de o poder ser compartilhado com o povo brasileiro, porque essa marginalização tem acarretado crescente precificação, muitas vezes, acima do processo inflacionário que o Brasil está vivendo nos preços que são repassados para os consumidores. Inclusive, a própria questão da energia, que é uma questão de que eu estou mais a par, foi apreciada uma matéria da Resolução da Aneel, da agência reguladora de energia, em que se dizia que a mudança do sinal locacional ia baratear o preço da energia e todos os reajustes que foram dados às concessionárias de energia, desde a instalação, a mudança da norma com relação ao sinal locacional foram de aumentos com relação ao preço da energia em todos os estados, independentemente de serem estados com maior geração ou com menor geração de energia.

E o que a gente vê com isso, Deputado Isnaldo, é o Nordeste pagando uma conta que não é sua. Nós estamos há 500 anos tentando mudar a pauta econômica do Nordeste. Nós somos sacrificados por uma questão climática que perdura na nossa pauta econômica períodos após períodos, que é o período da estiagem, o período da seca, e o senhor conhece muito bem o Semiárido nordestino.

E no momento em que o Nordeste tem uma oportunidade de alavancar a sua economia a partir daquilo que hoje é a maior cobrança do mundo, que é a diminuição da emissão de carbono, que é a diminuição do aquecimento global, e a economia que o país faz hoje com a energia limpa, a energia do sol e do vento, que é a energia mais barata do Brasil, hoje nós estamos impedidos de avançar nos investimentos.

Para você ter uma ideia, nós temos mais de R\$60 bilhões de projetos aprovados na Aneel para serem instalados no Nordeste e que estão exatamente impedidos por causa das mudanças da postura da Aneel com relação tanto à cobrança de preço na transmissão da energia, já que nós somos região geradora e não somos região consumidora, como também pela atribuição dessa mudança do marco do sinal locacional, que era uma coisa estudada em 2004, quando a matriz energética do Brasil, naquela época, era a hidráulica e a térmica.

E hoje, de lá para cá, a gente viu um crescimento abrupto, graças à competência do empreendedorismo brasileiro, da energia do sol e do vento, que hoje é responsável por quase 20% da geração da energia do país.



CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Então, eu acho que essa questão que a gente coloca na Emenda 54 é exatamente trazer para o conjunto da sociedade a sua participação, que elas possam também fiscalizar o papel das agências reguladoras, tanto é que a gente propôs uma comissão de fiscalização tripartite, com a participação das universidades, que têm um papel acadêmico e que hoje estão totalmente fora do debate político do país, como também dos consumidores.

Você não vê em nenhuma agência reguladora do Brasil um representante de um órgão de consumidor, nem do Procon, nem de Idec, nem de associação de mães, nem associação de família, nenhum segmento diretamente ligado ao consumo no país, e também do setor empresarial, que é importante, sim.

Nós não estamos aqui nem extinguindo a agência nem as enfraquecendo. Mas, pelo contrário, nós estamos fortalecendo na medida em que nós vamos fazer essa fiscalização não no que diz respeito ao mérito das ações, mas no que diz respeito ao trabalho desenvolvido pelas agências e as determinações ou resoluções dali tiradas que possam, inclusive, criar dificuldade para o investimento e fragilizar, inclusive, a segurança jurídica tão necessária no nosso país, porque nós não podemos ignorar as leis do Congresso Nacional – e, muitas vezes, as normativas fazem uma análise equivocada das leis que são aprovadas pelo Congresso Nacional – como também nós não podemos, como já aconteceu no caso de agência, não cumprir a ação judicial num país em que o embasamento das nossas instituições é exatamente a garantia dessa obediência que nós devemos ter ao Poder Judiciário.

Então, diante desses fatos, eu aqui parabenizo o plano de trabalho e gostaria de pedir vista desse plano de trabalho para que, na próxima sessão, a gente pudesse, inclusive, contribuir com mais opiniões, já que hoje o debate está muito enfraquecido pela ausência dos Srs. Senadores, e eu acho que é importante o Senado também participar da elaboração do plano de trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Eu gostaria só de contemporizar com nosso Deputado que o tempo que nós temos nesse plano de trabalho para discussão é exíguo e, se fosse possível, apelando à aquiescência dos nossos...

O SR. DANILO FORTE (UNIÃO - CE) – Mas o Senado lutou muito pelas Comissões Mistas e eu acho um desrespeito com o processo que nós estávamos dando atenção da Casa, começando pela Câmara, em que a agilidade... O senhor participou de várias medidas provisórias na Câmara, e querem fazer o debate com a participação completa. Eu acho um desrespeito o que os Senadores estão fazendo conosco aqui. Não tem um Senador nesta sala. Por que eles lutaram tanto pelas Comissões Mistas? Eu estou pedindo vista exatamente por isso, porque os Senadores precisam participar.

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Só lembrando também, Deputado...

O SR. DANILO FORTE (UNIÃO - CE) – É regimental.



CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Sim, claro que é regimental. Lembrando também que o nosso quórum está mantido de ontem e nós temos 12 Senadores. E, se nós não aprovarmos o plano de trabalho fica comprometida a própria sessão que está marcada para amanhã, às 10h.

O SR. DANILO FORTE (UNIÃO - CE) – Presidente Marco, por V. Exa. eu tenho o maior respeito...

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Sim.

O SR. DANILO FORTE (UNIÃO - CE) – Inclusive sou seu Vice-Presidente na Comissão de Empreendedorismo.

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – A recíproca é verdadeira.

O SR. DANILO FORTE (UNIÃO - CE) – Então você sabe que tenho o maior respeito pelo senhor.

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Claro.

O SR. DANILO FORTE (UNIÃO - CE) – Mas eu acho que é necessário, neste momento, afirmar uma posição até em defesa do que a gente estava defendendo na Câmara. Nós não podemos negar o nosso papel na Câmara e a Câmara estava defendendo um processo mais ágil, e o Senado lutou tanto por isso. Agora, eu acho que os Senadores precisam participar. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – É regimental. Vista concedida ao Deputado Danilo Forte.

Portanto, declaro suspensa a presente reunião, remarcando a reabertura para amanhã, dia 13, às 10h da manhã.

O SR. DORINALDO MALAFIA (PDT - AP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Pois não.

O SR. DORINALDO MALAFIA (PDT - AP) – Um minuto.

Consultamos aqui a área técnica.

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Deputado?

O SR. DORINALDO MALAFIA (PDT - AP) – Dorinaldo Malafaia.

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Por favor, Deputado.

O SR. DORINALDO MALAFIA (PDT - AP. Pela Liderança.) – Vice-Líder do Governo e representando a Liderança do Congresso.

Não nos parece regimental; porque são procedimentos de rotina já instalada.



CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Então, o plano de trabalho precisa seguir, porque não há essa possibilidade de pedir vistas nesse procedimento. Então, acho que é muito importante consultar a área técnica, para saber, exatamente, se o pedido do Deputado procede. Isso é uma coisa. A outra é o mérito do debate levantado pelo nosso colega Deputado, porque, para nós, está superado. Nós estamos aqui atrasados, inclusive, para a instalação desses trabalhos, há bastante tempo. Está superada essa afirmação de uma divergência entre as duas Casas.

Isso nos parece que foi superado, nos parece, a partir do momento que teve bastante acordo para que a gente avançasse. Então, nós temos um tempo exíguo, nós temos necessidade de aprovação dessas medidas e, portanto, eu queria pedir que pudesse realmente consultar a área técnica, para a gente saber, realmente, qual é o procedimento legal, a partir do momento que nós temos dúvidas sobre o pedido de vistas do Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Deputado Acácio, por favor.

O SR. ACÁCIO FAVACHO (MDB - AP. Pela ordem.) – Primeiro, Presidente, queria parabenizar e desejar sucesso, tanto a V. Exa., que preside os trabalhos no dia de hoje, e, em seu nome, parabenizar os outros Vice-Presidentes; o Presidente Davi, que também preside esta Comissão, desejar sucesso ao Líder Isnaldo, que, tenho certeza, com muita sabedoria, com muita serenidade, com muito equilíbrio, vai apresentar um grande relatório nesta Comissão; Comissão que, todos têm conhecimento, não só com esta primeira medida provisória, mas as três, com muito esforço, com muita dedicação, chegou a um denominador comum. E fazer um acordo nessas três Comissões, para essas três medidas provisórias avançarem. E hoje aqui quero desejar esse sucesso, Isnaldo, porque hoje inicia o trabalho, nesta legislatura, da primeira Comissão Mista constituída, e V. Exa. tem aqui um grande trabalho. Uma, presidir; e o senhor relatar e apresentar um grande plano de trabalho. Queria pedir aqui também que a gente possa complementar com um ajuste de procedimentos de como a Comissão deve funcionar.

E aí eu queria fazer um parêntesis aqui, porque, no dia de ontem, o painel está mantido com os Senadores... Todos têm conhecimento de que nós estamos trabalhando, tanto o Senado, também a Câmara, em modelo híbrido. Não é por que a permanência ou a ausência dos Senadores, que não estão fisicamente aqui no Plenário... Isso não significa que os Senadores não possam estar acompanhando pelos nossos meios de comunicação, a TV Câmara, a TV Senado, e terem também a oportunidade de votar e acompanhar, se o procedimento da Casa for também votar hibridamente através do aplicativo.

Então, como o painel está mantido, eu tenho certeza que todos têm a responsabilidade... Tem Senadores que devem estar em outras Comissões, em outros afazeres, podem estar no Plenário desta Casa.

Então, eu queria deixar essa ponderação, inclusive ao Deputado Danilo Forte, que a gente possa fazer uma revisão nesse sentido, fazer uma boa análise, tendo em vista que está iniciando o trabalho. O



CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

painel de ontem está mantido. E, é claro, que, muitas vezes, a gente não consegue dialogar presencialmente com os Parlamentares, que poderiam estar aqui, os Senadores... É difícil, até para a gente amadurecer o debate, mas tenho certeza que todos, que têm um compromisso e que se colocaram à disposição para estar representando nesta Comissão os seus partidos, para discutirem esta medida provisória tão importante para a engrenagem do país, devem estar muito atentos, tanto através dos seus aplicativos, através da sessão, acompanhando de outro lugar, com as suas assessorias compostas aqui.

Então, acho que é prudente da nossa parte aqui, no dia de hoje, ter um bom senso, até mesmo para dar oportunidade ao Líder Isnaldo apresentar o seu cronograma de trabalho, a Presidência apresentar um acordo de procedimentos, como vai caminhar esta Comissão, de palavras, de momentos. Eu acho que é importante a gente deixar, ter toda a boa vontade e um esforço muito forte do Líder Isnaldo, de ontem para hoje, já tentar apresentar, e através de requerimento... No nosso entendimento, também V. Exa. poderia apresentar, sem precisar colocar no sistema, essa questão do procedimento, de como seria o seu plano de trabalho, e de ter o bom senso, para não ter vista, não ter nada, não prejudicar os afazeres de amanhã. E a gente pedir a todos para fazer correção para cada vez mais a gente estar presente aqui, os Senadores, ter um quórum aqui qualificado para o debate avançar e para o Brasil avançar.

São essas as minhas considerações a todos. E quero desejar sucesso e que a gente tenha muita maturidade e que Deus possa abençoar, que a gente possa apresentar um grande trabalho para o nosso Brasil, que é isso que a gente está precisando.

Obrigado pela oportunidade.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Presidente, pela ordem, pela Liderança do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Claro!

Com a palavra, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Pela Liderança.) – Presidente, o pedido do eminente, e ainda mais vindo do eminente Líder e colega Danilo... Quando o Danilo faz um pedido, a gente corre para aconchegar. Se ele pediu para às 4, a gente corre para aconchegar até às 3. Entendeu? Então, o pedido do colega Danilo obviamente, e além de tudo por conta do pedido ser regimental, é óbvio que tem que ser assegurado.

Mas, permita-me, meu querido Danilo e os colegas, meu Vice-Líder Dorinaldo, meu colega Deputado Acácio, demais colegas presentes, meu Relator Isnaldo, e Presidente, nós estamos há 70 dias desta medida provisória. Ela foi assinada pelo Presidente da República no dia 1º de janeiro. De todas as medidas provisórias que nós estamos a instalar, essa, eu diria, é a mais sensível pelo impositivo constitucional, que não é possível a reedição de uma medida provisória. Essa é a mais sensível porque nós



CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

estamos há 70 dias, temos 50 dias para que esta medida provisória seja votada na Comissão Mista, encaminhada para o Plenário da Câmara e depois encaminhada para o Plenário do Senado.

Então, só tentando construir aqui acho que um acordo de procedimento, no cronograma que o Líder Isnaldo, que o nosso Relator Isnaldo aqui apresentou, teríamos previsto para amanhã a audiência pública. Então, com a concordância de todos, V. Exa., Presidente, poderia chamar a reunião para às 10h, atendendo ao pedido de vista aqui apresentado pelo Deputado Danilo; atenderíamos o pedido de vista e às 10h nós retornaríamos para votar, porque só podemos ter as audiências públicas após votar o plano de trabalho. Haveria um acordo aqui entre nós, entre todos os Líderes de não ter qualquer pedido de verificação amanhã, o que poderia derrubar a sessão e prejudicar o cronograma. Se nós conseguirmos, caro Danilo, essa sequência, poderíamos contemplar o pedido de vista, que é regimental, votarmos amanhã às 10h, termos já implementado na prática as audiências públicas iniciando, inaugurando-as às 11h e cumprindo o cronograma para a semana que vem a Comissão Mista entregar o relatório desta medida provisória para o Plenário da Câmara.

Era só uma proposta de encaminhamento e sugestão que eu faria ao caro colega Deputado Danilo e aos demais colegas.

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Agradecemos ao nosso Senador Randolfe.

Com a palavra, o Deputado Danilo Forte.

O SR. DANILO FORTE (UNIÃO - CE. Pela ordem.) – Eu comprehendo a sua preocupação, Senador Randolfe, e tenho por você o maior respeito, e você sabe disso, não é de hoje, comprehendo a agonia do tempo. Eu sei que a gente precisa votar as matérias. Inclusive, eu, ontem, fiz questão de dar quórum exatamente para dar celeridade porque o Brasil está atônito, o Brasil está passando por um momento de tédio, de desencontro, de desarmonia muito grande, e a gente precisa ver o Governo governando, a gente precisa ver as coisas acontecendo. O país tem que sair dessa paralisia que está, inclusive, maltratando muito a nossa economia. Eu estou vendo fábricas fechando.

Para você ter uma ideia, Senador Randolfe, agora, neste mês, no Estado do Ceará, três fábricas de calçados fecharam, mais de 8 mil postos de trabalho foram reduzidos no meu Estado. Nós temos 13 estados no Brasil hoje onde temos mais pessoas habilitadas recebendo bolsa família do que trabalhando de carteira assinada, o que é lamentável, e nós não podemos deixar isso perdurar num país com o potencial e com a riqueza do Brasil. Eu tenho responsabilidade.

Essa decisão política que eu tomei com relação a essa averiguação não foi em função do prazo, nem da agonia que o Brasil está vivendo, mas em função exatamente do que a gente sofreu, porque esse prazo poderia ter sido superado se há 30 ou 45 dias a gente tivesse dado início a essa discussão pela Câmara dos Deputados. Com certeza, a Câmara uma hora dessa já estaria votando o relatório, e a gente, com certeza, iria entregar no prazo a votação. Mas isso é passado, e ninguém conserta passado. A gente pode



CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

corrigir o futuro. E, na correção do futuro, o Senado, que tanto lutou por essas comissões mistas, tem a obrigação de se fazer representar nas comissões mistas. Foi por isso que eu fiz esse alerta e esse chamamento.

Eu concordo com a proposição do seu acordo, não tenho dificuldade nenhuma com relação a isso. Agora, a audiência pública é precedida dos convites para essa audiência pública. Quem serão os convidados? O Sr. Relator já tem o rol dos convidados? Como a gente vai poder mobilizar essas pessoas para que amanhã possam participar de uma audiência pública aqui com relação a essa reforma administrativa?

O SR. ISNALDO BULHÕES JR. (MDB - AL) – Presidente, só para eu responder aqui.

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Com a palavra o nosso Relator, Isnaldo Bulhões.

O SR. ISNALDO BULHÕES JR. (MDB - AL. Como Relator.) – Quero cumprimentar aqui o meu Líder Randolfe, Líder do Governo no Congresso Nacional.

Num primeiro momento, Deputado, quero agradecer a sua compreensão. Sempre ficou claro, apesar de interpretações, cabíveis, ontem de que não houve nenhum objetivo, nenhuma manobra em busca de obstrução, tanto que o Deputado Danilo foi quem completou o quórum ontem para dar andamento, que o atraso principal foi o meu, devido, logicamente, às definições necessárias a acontecer na reunião de Líderes da Câmara dos Deputados. Primeiro, agradeço sua compreensão, deixando claro, repito, que não há nenhum objetivo de obstruir.

Quanto à apreciação amanhã, dentro de um acordo do plano de trabalho apresentado e de logo em seguida nós darmos continuidade aos trabalhos com a audiência pública com os representantes da Casa Civil e do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, esse plano de trabalho já está publicamente colocado.

Então, não acredito, Líder Randolfe e Presidente Bertaiolli, que tenhamos nenhuma dificuldade para dar sequência ao trabalho. Não há dificuldade, porque, se há um acordo claro, efetivamente, entre os aqui presentes, cada um na responsabilidade pelos membros e por suas bancadas, não de imediato, mas com um prazo que, por via eletrônica, a gente comunique esses órgãos para que os representantes aqui estejam para que aos trabalhos possamos dar sequência, que é a construção de um acordo, logicamente preservando, como o Líder Randolfe falou aqui, os preceitos regimentais.

Não tenho nenhuma dúvida de que, pela relação que temos, V. Exa. tem total certeza de que procurarei conduzir essa relatoria para o caminho que venha, em primeiro lugar, atender à necessidade do país. As políticas públicas necessárias na ponta, em que estão aqueles que mais precisam, os mais humildes – nós vivemos na mesma região – venham a recebê-las com mais eficácia, com mais efetividade. Primeiro, nessa questão que o resultado esses brasileiros venham a recebê-lo; e, segundo, ouvindo todos



CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

– todos os partidos, os representantes aqui na Comissão e as lideranças – e tentando convergir num relatório possível de ser aprovado.

Portanto, eu quero pedir a V. Exa. a compreensão para que a gente dê o encaminhamento para caminhar adiante. Caso contrário, também não há nenhum problema. Nós teremos sexta, teremos segunda, teremos terça, mas sempre contamos com essa compreensão recíproca.

O SR. DANILO FORTE (UNIÃO - CE) – A compressão está dada. O problema é o seguinte: os representantes seriam os ministros?

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Não, e é exatamente isso. Respondendo, Deputado Danilo, se me permite, aqui, no plano de trabalho, consta um convite a um representante da Casa Civil, obviamente um representante que esteja apto a falar sobre o tema, e um convite da nossa Comissão ao Ministério da Gestão e da Inovação para que um representante, que também esteja gabaritado para defender o tema, esteja conosco aqui amanhã, às 10h30.

Em aprovado, nós...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Se nós não temos o plano de trabalho ainda, vamos, então, aquiescer a sua solicitação de vista e manter aqui a sessão suspensa, para que o quórum seja mantido, e a sua continuidade amanhã, às 10h30.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Pode ser assim, Deputado?

O SR. DANILO FORTE (UNIÃO - CE) – Pode.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Presidente, só uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Claro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Pela ordem.) – Para atender ao Líder Danilo, nós poderíamos, previamente... É claro que, por óbvio, não há nenhuma oposição – eu entendi, não vi, não encontrei nenhum tipo de oposição ao plano de trabalho. Então, por óbvio, podemos antecipar – eu acho que o Relator pode definir isso com V. Exa. – quem poderia, eventualmente, ser os convidados, tanto da parte da Casa Civil quanto do Ministério da Gestão, para estarem presentes.

Concedida vista, às 10h, amanhã, V. Exa. restabeleceria a sessão, que se encontraria, a partir de agora, suspensa, e às 10h30, teria a audiência.

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – E, às 10h, nós...



CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Isso, às 10h, retomava sessão, não é?

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Não, retoma a sessão já com os nomes de quem serão os convidados.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Perfeitamente. Exatamente. Isso.

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Deputado Danilo...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Só queria fazer uma rápida intervenção.

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Não existe hipótese de nós encerrarmos esta audiência sem ouvirmos as luzes e a sapiência do nosso ilustre Senador Esperidião Amin!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Deputado Bertaiolli, não se iluda: nós nos vemos apenas quatro vezes por mês, por isso o senhor pensa tão bem de mim! (*Risos.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Eu tenho meu testemunho. No meu caso, eu convivo com ele.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – E a nossa amizade quase ruiu porque eu ri com a derrota do Flamengo; ele, não. Ele continua desconsolado.

Mas eu só queria dizer o seguinte: não se iluda, aqui eles me conhecem um pouco mais, a barra não é tão limpa assim.

E eu queria dizer que vou guardar uma frase que ouvi agora do nosso Senador Randolfe. Randolph Frederich, sabia disso?

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Nome de batismo. Acho que foi batizado em Blumenau ou em Pomerode... (*Risos.*)

Mas ele disse que não encontrou nenhuma oposição, ele falou isso agora. Sabe por quê? Porque ele está do lado de lá. (*Risos.*)

Porque, quando ele estava do lado de cá, ninguém procurava, já sabia onde é que estava. (*Risos.*)

Ninguém precisou de bússola para encontrá-lo. Agora que ele está do lado de lá, perdeu a bússola.

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Muito bem, então...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Essa é apenas uma homenagem ao Líder do Governo. Você veja: tão dedicado que abriu mão de encetar essa viagem à China por dedicação integral.



CONGRESSO NACIONAL
Coordenação de Comissões Mistas

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Como eu dizia, há muito tempo queria ter um Líder assim também.

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Bom, havendo a compreensão de todos, concedida vista do plano de trabalho ao Deputado Danilo Forte, declaro suspensa a presente reunião, marcando a reabertura dos trabalhos para amanhã, dia 13 de abril, às 10h da manhã.

Está suspensa a reunião.

(Iniciada às 15 horas e 17 minutos, a reunião é suspensa às 15 horas e 24 minutos, reaberta às 15 horas e 25 minutos, a reunião é suspensa às 15 horas e 55 minutos do dia 11/04/2023; reaberta às 15 horas e 55 minutos, a reunião é suspensa às 16 horas e 42 minutos do dia 12/04/2023.)

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP. Fala da Presidência.) – Declaro reaberta a 1ª Reunião da Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1.154, de 2023.

Ontem, por solicitação de vista do Deputado Danilo Forte, nós suspendemos a sessão e a restabelecemos neste momento.

Nós suspendemos exatamente no momento em que nós estávamos em discussão. Então, encerrada a discussão sobre o plano de trabalho apresentado pelo Relator Deputado Isnaldo Bulhões Jr.

Coloco em votação o plano de trabalho apresentado pelo Relator. (Pausa.)

Como nenhum dos Srs. Parlamentares se opõe, está aprovado o plano de trabalho.

Os Parlamentares permaneceram como estavam.

Antes de encerrarmos os trabalhos, proponho a aprovação, então, da ata da presente reunião.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Está aprovada a ata da presente reunião.

Nada mais havendo a tratar declaro encerrada a presente reunião, convocando a 2ª Reunião para hoje, dia 13 de abril, às 10h30, para a realização da primeira audiência pública desta Comissão.

Está encerrada a nossa reunião.

(Iniciada às 15 horas e 17 minutos, a reunião é suspensa às 15 horas e 24 minutos, reaberta às 15 horas e 25 minutos, a reunião é suspensa às 15 horas e 55 minutos do dia 11/04/2023; reaberta às 15 horas e 55



CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

minutos, a reunião é suspensa às 16 horas e 42 minutos do dia 12/04/2023; reaberta às 10 horas e 48 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 49 minutos do dia 13/04/2023.)